

Vendiam dados de clientes de operadoras por 1500 euros

Fraude. Seis funcionários de operadoras recebiam dinheiro por cada lista de informações pessoais que passavam à concorrência

RUTE COELHO

Um esquema que vendia dados pessoais de clientes de telecomunicações e que envolveu duas redes criminosas montadas em operadoras foi agora desmontado pela Polícia Judiciária de Lisboa. Seis funcionários de empresas que comercializam pacotes de televisão, internet e telemóveis foram apanhados no esquema e detidos pelos inspetores da PJ.

Os funcionários apanhados na Operação Signal, com idades entre os 32 e os 60 anos, vendiam listas com 200 ou 300 nomes e outros dados pessoais de clientes à concorrência. Por cada lista recebiam quantias entre os 500 e os 1500 euros, apurou o DN com fonte ligada à investigação, levada a cabo pela secção do crime informático da Judiciária.

“Não obstante a proteção empresarial exercida sobre tais dados pessoais, os autores acediam aos sistemas informáticos corporativos das empresas onde eram tra-

balhadores, copiavam a informação pessoal de valor comercial para estabelecimento de perfis de utilização, vendendo-os, seguidamente, a terceiros, concorrentes na área de mercado em causa”, refere o comunicado de ontem da Polícia Judiciária.

Uma das informações que constavam da lista de dados pessoais dos clientes era o tempo de fidelização. Assim que o período de fidelização terminava, estes clientes eram depois contactados por colaboradores de empresas portuguesas concorrentes, nomeadamente através do contacto porta-a-porta, para mudarem de operador.

Acesso indevido a dados

Três homens e três mulheres, colaboradores experientes de empresas da área, estão detidos por fortes indícios da prática continuada de crimes de acesso indevido, violação do dever de sigilo e corrupção passiva no setor privado. Segundo o comunicado divulgado pela Diretoria de Lisboa e

Vale do Tejo da PJ, os detidos na Operação Signal faziam parte de “duas redes criminosas, agora desarticuladas, e atuavam nas zonas da Grande Lisboa e do Algarve, dedicando-se à recolha ilícita e comercialização de dados pessoais armazenados em bases de dados de empresas portuguesas com avultada expressão numérica de clientes”.

Foram apreendidos os computadores e as listagens que davam suporte à atividade criminosa em curso.

A Polícia Judiciária prossegue as investigações para deteção e identificação deste modo de atuação e, também, para determinar a extensão deste tipo de criminalidade no plano nacional.

Para já, a investigação ainda não sabe qual a dimensão do prejuízo causado às empresas para onde os suspeitos trabalhavam e quantos nomes de clientes foram divulgados. Os detidos vão ser presentes a primeiro interrogatório judicial para aplicação das medidas de coação.